





## E se nos livrássemos de todos os bilionários?

No último outono, Tom Scocca, editor do blog essencial *Hmm Daily*, escreveu um pequeno post que está mexendo com minha cabeça desde então.

“Algumas ideias de como tornar o mundo melhor, requerem um pensamento cuidadoso e com nuances, sobre como melhor equilibrar interesses conflitantes,” ele começou. “Outras, não: Bilionários são ruins. Nós devemos nos livrar deles preventivamente. De todos eles.”

Scocca — escritor por muito tempo no *Gawker*, até que o site foi abafado por um bilionário — ofereceu um argumento direto para dar um tranco nos mais ricos. Um bilhão de dólares é muito mais do que alguém precisa, mesmo fazendo os maiores excessos da vida. É muito mais do que aquilo a que qualquer um poderia alegar ter direito, não importa o quanto acredite ter contribuído com a sociedade.

Em algum nível de riqueza extrema, o dinheiro inevitavelmente corrompe. Na esquerda e na direita, ele compra poder político, silencia dissidências, serve principalmente para perpetuar uma riqueza cada vez maior, frequentemente sem relação com qualquer bem social recíproco. Para Scocca, esse nível é evidentemente algo em torno de um bilhão de dólares; com mais do que isso, você é irredimível.

Escrevo sobre tecnologia. Muito de minha carreira exigiu uma pesquisa profundamente antropológica entre o reino dos bilionários. Mas estou envergonhado em dizer que nunca tinha considerado a ideia de Scocca — que se almejarmos, por meio de políticas públicas e sociais, simplesmente desencorajar as pessoas de possuir mais de um bilhão, estaremos construindo um mundo melhor.

Devo dizer que, em outubro, abolir bilionários me pareceu fora de lugar. Soava radical, impossível, e mesmo Scocca pareceu sugerir esta noção como um mero devaneio.

Mas o fato de esta ideia ter se tornado um tema central da esquerda democrática revela, paradoxalmente, a fragilidade política dos bilionários. Nos Estados Unidos, Bernie Sanders e Elizabeth Warren estão propondo novos impostos voltados aos super ricos — incluindo taxas especiais para bilionários. A deputada Alexandria Ocasio-Cortez, que também é a favor de impostos mais altos sobre os ricos, tem feito um caso moral contra a existência de bilionários. Dan Riffe, seu assessor político, recentemente mudou seu nome no *Twitter* para “Todo Bilionário É Uma Falha Política.” Semana passada, o *Huffpost* perguntou, “Bilionários deveriam existir?”

Suspeito que se a questão está recebendo tanta atenção, é porque tem uma resposta óbvia: Não: bilionários não deveriam existir — com seu poder de

engolir o mundo, conquistando esse nível de adulação, enquanto o resto da economia se debate para sobreviver.

Abolir bilionários pode não parecer como uma ideia prática, mas se você pensar na proposta como um objetivo a longo prazo, à luz dos desarranjos econômicos mais profundas de hoje em dia, pode ser tudo — menos radical. Banir bilionários — buscando cortar seu poder econômico, trabalhar para reduzir seu poder político e tentar questionar seu status social — é uma visão perfeitamente clara para sobreviver ao futuro digital.

A abolição de bilionários poderia tomar diversas formas. Poderia significar evitar que as pessoas tenham mais de um bilhão em *cash*, mas provavelmente significaria maiores impostos sobre rendimentos, riqueza e propriedades para bilionários e pessoas a caminho de se converterem nisso. Essas ideias de políticas revelaram-se muito populares ainda que provavelmente não sejam suficientemente redistributivas para converter a maior parte dos bilionários em sub-bilionários.

Mais importante, o objetivo de abolir bilionários iria envolver remodelar estrutura da economia contemporânea, para que produza uma proporção mais igualitária entre os super ricos e restante de nós.

A desigualdade está definindo a condição econômica da era tecnológica. O software, por sua própria natureza, leva a concentrações de riqueza. Por meio dos efeitos em rede, em que a própria popularidade de um serviço assegura que ele se torne cada vez mais popular; e de economias de escala sem precedentes — em que a Amazon pode fazer a assistente digital Alexa uma única vez e vê-la trabalhar em todos os lugares, para todo mundo — a tecnologia instila uma dinâmica de o-vencedor-leva-tudo em grande parte da economia.

Mas o problema está prestes a piorar. A Inteligência Artificial está criando novas indústrias muito prósperas, que não empregam muitos trabalhadores. Se forem deixadas sem controle, tecnologia criará um mundo em que alguns bilionários controlarão uma parcela sem precedentes da riqueza global. Mas a abolição não envolve apenas política econômica. Pode também tomar a forma de vexame social e político. Há pelo menos vinte anos vivemos uma relação amorosa devastadora com os bilionários — um flerte em que o setor tecnológico avançou mais do que em qualquer outro.

(Trecho do Texto de Farhad Manjoo. Tradução de Marianna Braghini.

Publicado em 01/03/2019. Disponível em

<https://outraspalavras.net/mercadovsdemocracia/e-se-nos-livrassemos-de-todos-os-bilionarios/>)

As questões de 01 a 05 referem-se ao texto acima:

### LINGUA PORTUGUESA

01) Segundo o que dispõe o texto, podemos dizer corretamente que:

- a) A ideia central do texto (abolir a existência de bilionários) é uma ideia original do autor Farhad Manjoo.
- b) A ideia de se livrar dos bilionários precisa de cuidados e análises com nuances, segundo Farhad Manjoo.
- c) Nem todos os bilionários seriam ruins, mas é preocupante que existam tantos no mundo.
- d) O texto surgiu a partir de considerações do autor Farhad Manjoo sobre as ideias trazidas por Tom Scocca no blog *Gawker*.
- e) Livrar-se preventivamente de todos os bilionários é uma ideia de como tornar o mundo melhor, segundo Tom Scocca.

02) Nos termos defendidos no texto, podemos dizer corretamente que:

- a) A riqueza inevitavelmente corrompe.
- b) O dinheiro inevitavelmente corrompe.
- c) Scocca traçou um limite específico e exato, a partir do qual, o indivíduo seria irredimível: a marca de um bilhão de dólares.
- d) O espectro político do extremamente rico é relevante, já que, independente disso, haverá efeitos danosos para a sociedade em geral.
- e) O dinheiro serve, com o escopo maior, de se perpetuar e acumular cada vez mais riqueza.

03) Segundo o texto, a desigualdade das condições econômicas:

- a) Tende a aumentar com o avanço da tecnologia.
- b) Tende a diminuir com o avanço da tecnologia.
- c) Não guarda qualquer relação com o avanço da tecnologia.
- d) É uma característica secundária na definição da era tecnológica.
- e) Instila uma dinâmica de o-vencedor-leva-tudo.

04) A partir da leitura do texto, assinale a alternativa incorreta:

- a) Abolir os bilionários pode não ser prático, mas também não é uma ideia radical.
- b) Desde o princípio, o autor achou a ideia da abolir os bilionários deveras radical, contudo, modificou seu pensamento e hoje acredita que isso seria mero devaneio.
- c) O autor se preocupa com a existência de bilionários em um viés além das questões econômicas.

- d) A reverência que a população em geral tem com os bilionários é, segundo o texto, vexatória.
- e) A tecnologia sem controle fará com que certos bilionários terminem por controlar a riqueza do mundo, de forma inédita até então.

05) Podemos concluir que o texto tem uma característica predominantemente:

- a) Informativo
- b) Narrativo
- c) Emotivo
- d) Opinativo
- e) Científica

06) Assinale a alternativa com um sinônimo para a palavra em destaque: “Para Scocca, esse nível é evidentemente algo em torno de um bilhão de dólares; com mais do que isso, você é **irredimível**”.

- a) Remível
- b) Irredutível
- c) Irresgatável
- d) Irresponsável
- e) Indestrutível

07) “Na esquerda e na direita, **ELE** compra poder político, silencia dissidências, serve principalmente para perpetuar uma riqueza cada vez maior, frequentemente sem relação com qualquer bem social recíproco”. O termo em destaque se refere a que elemento, no contexto da leitura:

- a) O nível
- b) A riqueza extrema
- c) A corrupção advinda do dinheiro
- d) O dinheiro
- e) Tom Scocca

08) Acerca do uso de travessões non trecho: “Scocca — escritor por muito tempo no *Gawker*, até que o site foi abafado por um bilionário — ofereceu um argumento direto para dar um tranco nos mais ricos”, podemos afirmar corretamente que:

- a) É uma construção estilística mais relacionada a textos estrangeiros e não bem aceita nas regras gramaticais da Língua Portuguesa.
- b) Poderiam ser substituídos por vírgulas, mas não por parênteses.
- c) Poderiam ser substituídos por parênteses, mas não por vírgulas.
- d) Poderiam ser substituídos por parênteses ou vírgulas.
- e) Poderiam ser substituídos por dois pontos e ponto e vírgula, respectivamente.

09) Assinale a alternativa que não contém um exemplo de termos no sentido conotativo:

- a) Com esta crise, o comércio local quebrou.
- b) A professora fala com um rei na barriga.
- c) O cirurgião cortou o coração do paciente durante o procedimento.
- d) Não cansa nunca: só pode ter uma bateria nova.
- e) Ela está caidinha pelo novato.

10) Assinale a alternativa em que as palavras destacadas foram corretamente usadas:

- a) Todos os mantimentos foram guardados na dispensa.
- b) Estava tudo correto: não tive que retificar nada.
- c) Seu marido é muito educado, um verdadeiro cavaleiro.
- d) O cientista é completamente séptico, duvida de tudo.
- e) Este novo perfume tem uma flagrância única.

11) Marque a alternativa que analisa corretamente o termo destacado:

“Ao longe, os minérios prateados pareciam estrelas no céu”.

- a) adjunto adverbial
- b) adjunto adnominal
- c) objeto direto
- d) complemento nominal
- e) predicativo do sujeito

12) Na frase “O policial **entrou enfurecido**”, o termo destacado representa:

- a) Predicado verbo-nominal
- b) Predicado nominal
- c) Predicado verbal
- d) Adjunto adverbial
- e) Adjunto adnominal

13) “Podem me perguntar sobre qualquer tema: estudei tudo o que tinha nos cadernos”. Neste caso, os dois pontos poderiam ser substituídos pela conjunção:

- a) e
- b) contudo
- c) mas
- d) pois
- e) portanto

14) É possível dizer que \_\_\_\_\_ muitos tumultos, pois \_\_\_\_\_ situações que \_\_\_\_\_ afirma-lo.

- a) haverá – ocorrem – permitem.
- b) haverão – ocorre – permitem.
- c) haverá – ocorre – permitem.
- d) haverão – ocorrem – permite.
- e) haverão – ocorrem – permitem.

15) Assinale a alternativa em que há um erro na concordância nominal.

- a) Ele passou por duas intervenções médico-cirúrgicas.
- b) Vestimos três blusas azul-celestes.
- c) Descobrimos que eram três surdos-mudos.
- d) Homenageando a seleção, usaram onze blusas amarelo-canários.
- e) Assinaram grandes parcerias sino-franco-lusitanos.

## INFORMÁTICA

16) De acordo com os conhecimentos gerais de Software, assinale a assertiva correta.

- a) O sistema operacional Linux é exclusivo para dispositivos móveis.
- b) O sistema operacional macOS é desenvolvido pela Microsoft.
- c) O sistema operacional Windows é baseado no kernel Linux.
- d) O sistema operacional Android é uma versão do iOS desenvolvida pela Apple.
- e) O sistema operacional Windows possui código-fonte aberto.

17) Com base nas linguagens de programação existentes, assinale a assertiva correta.

- a) A linguagem C++ é uma linguagem interpretada.
- b) A linguagem Python é amplamente utilizada para desenvolvimento de aplicativos móveis.
- c) A linguagem Assembly é uma linguagem de alto nível de abstração.
- d) A linguagem Ruby é uma linguagem orientada a objetos que não suporta herança.
- e) A linguagem Java é uma linguagem compilada para código nativo.

18) Qual das seguintes afirmações sobre algoritmos de ordenação é correta?

- a) O algoritmo Bubble Sort tem uma complexidade de tempo de  $O(n \log n)$ .
- b) O algoritmo Quick Sort é um algoritmo de ordenação estável.
- c) O algoritmo Insertion Sort é menos eficiente em termos de tempo de execução do que o algoritmo Selection Sort.
- d) O algoritmo Merge Sort utiliza uma estratégia de divisão e conquista.
- e) O algoritmo Radix Sort é um algoritmo de comparação.

19) Qual das seguintes afirmações sobre bancos de dados relacionais é correta?

- a) Os bancos de dados relacionais armazenam dados em formato não tabular.
- b) O modelo relacional é baseado no conceito de chaves estrangeiras para estabelecer relações entre tabelas.
- c) No modelo relacional, uma chave primária é opcional e pode ser deixada em branco em uma tabela.
- d) Os bancos de dados relacionais não suportam transações ACID.
- e) Os bancos de dados relacionais não permitem a definição de restrições de integridade referencial.

20) Assinale a assertiva correta a sobre firewalls.

- a) Os firewalls são dispositivos físicos utilizados exclusivamente para o controle de acesso à internet.
- b) Os firewalls inspecionam somente o tráfego de entrada, não afetando o tráfego de saída.
- c) Os firewalls de aplicação são capazes de filtrar pacotes de rede com base no conteúdo dos dados.
- d) Os firewalls de camada de rede operam somente no modelo OSI de sete camadas.
- e) Os firewalls não são capazes de proteger contra ataques de negação de serviço (DoS).

### CONHECIMENTOS ESPECIFICOS - ADVOGADO

21) A Carta Magna de 1988 foi erguida, consoante as palavras de Chico Buarque de Holanda, "tijolo por tijolo, num desenho lógico". Por conseguinte, deve ser interpretada como um leitor de um mistério policial, procurando indícios em cada uma das páginas precedentes para desvendar o enigma derradeiro. Ela apenas adquire significado para aqueles que acompanharam toda a saga. Os princípios fundamentais representam as diretivas nucleares do arcabouço constitucional, incumbindo-se da tarefa de instituir a estruturação do sistema jurídico, conferindo-lhe coesão e racionalidade, orientando a interpretação normativa e preenchendo eventuais vazios jurídicos. Qual o princípio fundamental se encontra no inciso I, do art.5º da Constituição Federal de 1988:

- a) Princípio da legalidade.
- b) Princípio da igualdade.
- c) Princípio da fraternidade.
- d) Princípio da liberdade.
- e) Princípio da propriedade.

22) As Constituições escritas ostentam a primazia jurídica e delineiam a organização do Estado, reconhecendo os direitos e obrigações essenciais mais valiosos em um determinado contexto temporal e espacial. Ademais, as Constituições estabelecem o fundamento primordial da ordem jurídica estatal, constituindo a fonte primordial - normas das normas - para todas as demais subsequentes. A possibilidade do controle judicial de constitucionalidade das leis e demais atos estatais provém precisamente da concepção da Constituição como norma fundamental e suprema, que deve prevalecer acima de todas as outras normas ou atos estatais. A fiscalização dos atos jurídicos é realizada por meio do controle de constitucionalidade ou do controle de legalidade. O controle de constitucionalidade abrange os atos normativos estatais, enquanto os atos não normativos, tanto públicos quanto privados, são fiscalizados por meio da verificação de conformidade com as espécies normativas emanadas do Estado. Qual o órgão responsável pelo controle concentrado de constitucionalidade das leis no Brasil:

- a) Supremo Tribunal Federal.
- b) Tribunal Superior Eleitoral.
- c) Superior Tribunal de Justiça.
- d) Tribunal Regional Federal.
- e) Tribunal de Justiça do Estado.

23) Quais incisos do artigo 5º da norma constitucional garantem o direito à Liberdade de expressão, de manifestação do pensamento, de reunião e de associação:

- a) Artigo 5º, inciso IV, II e XXXIX.
- b) Artigo 5º, inciso VII e XIV.
- c) Artigo 5º, inciso IX, IV, V, XVI, XVII e XVIII.
- d) Artigo 5º, inciso XII, XV, VII, XVI e XXVI.
- e) Artigo 5º, inciso XIV, XII, XV, VII, XVI e XXVI.

24) Conforme o entendimento de Hans Kelsen, no campo jurídico, Constituição refere-se à organização jurídica fundamental, que abrange as normas positivas que governam a produção do direito, incluindo regras sobre a forma do Estado, governo, aquisição e exercício do poder, estabelecimento de órgãos e limites de ação. Desta forma, classifique a Constituição Federal quanto ao seu conteúdo:

- a) Constituição escrita e Constituição não escrita.
- b) Constituição rígida e Constituição flexível.
- c) Constituição material e Constituição formal.
- d) Constituição dogmática e Constituição histórica.
- e) Constituição democrática e Constituição autoritária.

**25)** Cada uma das funções estatais deve ser exercida por um órgão autônomo e independente dos demais, de forma a evitar a concentração de poder em uma só pessoa ou instituição. A função legislativa, que consiste na elaboração das leis, é atribuída ao poder legislativo. Já a função executiva, que engloba a administração pública e a implementação das políticas públicas, é exercida pelo poder executivo. Por fim, a função judiciária, que abrange a aplicação das leis e a resolução de conflitos, é de responsabilidade do poder judiciário. No entanto, é importante ressaltar que a divisão funcional dos poderes não é absoluta, uma vez que há interdependência entre as funções estatais e algumas atividades são exercidas em conjunto por mais de um poder. Sobre o tema, indique qual o princípio constitucional que estabelece o conceito descrito acima?

- a) Princípio da legalidade.
- b) Princípio da moralidade.
- c) Princípio da eficiência.
- d) Princípio da impessoalidade.
- e) Princípio da tripartição dos poderes.

**26)** Qual é a definição de Órgão, de acordo com o art. 2º, inciso I da Lei 9.784/99:

- a) A unidade de atuação integrante da estrutura da Administração direta e da estrutura da Administração indireta.
- b) A unidade de atuação dotada de personalidade jurídica.
- c) A unidade de atuação integrante de planejamento orçamentário.
- d) A unidade de atuação integrante de execução de políticas públicas.
- e) A unidade de atuação integrante de controle social.

**27)** Em ao dever de decidir, concluída a instrução de um processo administrativo, qual é o prazo para a administração decidir, segundo a Lei 9.784/99, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada:

- a) 30 dias.
- b) 60 dias.
- c) 90 dias.
- d) 120 dias.
- e) Não há prazo máximo estabelecido.

**28)** Quais são os princípios que regem o processo administrativo, de acordo com o art.2º da Lei 9.784/99?

- a) Legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.
- b) Legalidade, impessoalidade, moralidade, efetividade, transparência, devido processo legal, dignidade da pessoa humana, igualdade e publicidade.
- c) Legalidade, impessoalidade, moralidade, efetividade, publicidade, imparcialidade, inalienabilidade e indisponibilidade.
- d) Legalidade, impessoalidade, probidade, efetividade, transparência, supremacia do interesse público, autonomia de vontade e boa-fé.
- e) Legalidade, impessoalidade, probidade, efetividade, inafastabilidade do controle jurisdicional, economicidade, vedação ao retrocesso social, propriedade e cooperação.

**29)** No contexto jurídico, um recurso é um instrumento legal utilizado pelas partes envolvidas em um processo para contestar ou impugnar uma decisão judicial ou administrativa que consideram equivocada, injusta ou desfavorável. Os recursos são uma forma de buscar a revisão ou a reforma da decisão por um tribunal superior, com o objetivo de obter um resultado mais favorável.

Tem legitimidade para interpor recurso administrativo em um processo, de acordo com o art.58 da Lei 9.784/99:

- a) Apenas o interessado.
- b) As organizações no tocante a direitos e interesses próprios.
- c) A Defensoria Pública.
- d) Os titulares de direitos e interesses que forem parte no processo
- e) Todos os cidadãos.

**30)** É importante observar que os recursos devem ser utilizados de forma responsável e em conformidade com os prazos e requisitos estabelecidos pela legislação processual. O abuso ou o uso indevido dos recursos pode prejudicar a eficiência e a eficácia do sistema judiciário, causando atrasos desnecessários e onerando o processo. O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, de acordo com art.56, §1º da Lei 9.784/99, deverá reconsiderar no prazo de:

- a) 5 dias.
- b) 10 dias.
- c) 15 dias.

- d) 20 dias.
- e) 30 dias.

**31)** É um órgão colegiado vinculado ao Ministério do Meio Ambiente no Brasil é o órgão responsável pelas normas e critérios para o licenciamento de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras, a ser concedido pelos Estados. Foi instituído pela Lei nº 6.938/1981, que estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente, e regulamentado pelo Decreto nº 99.274/1990. Sendo responsável por assessorar, estudar e propor diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e deliberar sobre normas e padrões ambientais. Estabelecendo as diretrizes para a proteção, melhoria e preservação do meio ambiente, visando à promoção do desenvolvimento sustentável:

- a) Ministério do Meio Ambiente.
- b) Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).
- c) Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).
- d) Agência Nacional de Águas (ANA).
- e) Secretaria de Meio Ambiente do Estado.

**32)** Segundo a Resolução CONAMA nº 237/97, defina licenciamento ambiental:

- a) Procedimento judicial pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, não possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.
- b) Procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades não utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.
- c) Procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação

ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.

- d) Procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental incompetente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.
- e) Procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar melhoria ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.

**33)** As licenças ambientais têm uma importância fundamental na preservação e proteção do meio ambiente. Elas são instrumentos legais que permitem ao órgão ambiental competente controlar e regular as atividades humanas que possam causar impactos negativos no ambiente. Segundo a Resolução CONAMA nº 237/97, o Poder Público, no exercício de sua competência de controle, expedirá as seguintes licenças:

- a) Licença prévia, licença de instalação e licença de operação.
- b) Licença ambiental única, licença de regularização ambiental e licença de ampliação.
- c) Licença ambiental simplificada, licença de renovação e licença de monitoramento ambiental.
- d) Estudo de impacto ambiental, licença de controle de emissões e licença de recuperação ambiental.
- e) Relatório de impacto ambiental, licença de desativação e licença de avaliação de impacto ambiental.

**34)** Segundo a Resolução CONAMA nº 237/97, a licença que autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação, é:

- a) Licença ambiental única e licença ambiental simplificada.
- b) Licença ambiental ordinária e licença ambiental simplificada.
- c) Licença ambiental ordinária e licença ambiental única.
- d) Licença ambiental simplificada e autorização ambiental.
- e) Licença de operação.

**35)** Em seu art. 225, a Constituição Federal institui que - *Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.*

Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público as seguintes ações, com exceção à:

- a) Preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas.
- b) Preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e executar às pesquisas e manipulação de material genético.
- c) Definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção.
- d) Exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade
- e) Controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente.

**36)** Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora, pena:

- a) Advertência verbal.
- b) Multa simples.
- c) Prestação de serviços à comunidade.
- d) Suspensão parcial ou total de atividades.
- e) Reclusão de 1 a 4 anos e multa.

**37)** Causar dano direto ou indireto às Unidades de Conservação e às áreas de que trata o art. 27 do Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990, independentemente de sua localização, pena:

- a) Advertência verbal.
- b) Reclusão de 1 a 5 anos e multa.
- c) Multa simples.
- d) Prestação de serviços à comunidade.
- e) Suspensão parcial ou total de atividades.

**38)** Qual é a pena prevista para quem comete crime ambiental: construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar, em qualquer parte do território nacional, estabelecimentos, obras ou serviços potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, ou contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes:

- a) Advertência verbal
- b) Multa simples
- c) Prestação de serviços à comunidade
- d) Suspensão parcial ou total de atividades
- e) Detenção, de um a seis meses, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente.

**39)** Roberto Flávio comercializou uma substância tóxica à saúde humana para ganhar uma grana extra, o produto perigoso estava em desacordo com as normas ambientais. Se for pego, qual pena Roberto Flávio, em conformidade com artigo 56 da Lei 9605/98:

- a) Advertência verbal.
- b) Reclusão de 1 a 4 anos e multa.
- c) Multa simples.
- d) Prestação de serviços à comunidade.
- e) Suspensão parcial ou total de atividades

**40)** Samanta caça e mata espécies da fauna silvestre por esporte, sem a devida autorização, licença ou permissão da autoridade competente. Qual a pena prevista para tal crime ambiental:

- a) Advertência verbal.
- b) Multa simples.
- c) Prestação de serviços à comunidade.
- d) Suspensão parcial ou total de atividades.
- e) Detenção de 6 meses a 1 ano e multa.